



<http://www.rjgeib.com/heroes/draper/german-point-of-view.html>

PATRIMÓNIO

O presidente da região da Baixa-Normandia encontra-se em campanha para o reconhecimento das praias do Desembarque como património da Humanidade. O Desembarque de 6 de Junho de 1944 foi, com efeito, um momento fundamental para o fim da guerra na Europa.

Mas esta possível nomeação traz alguma inquietação relativamente ao valor da classificação como património da humanidade. Não será talvez a menos relevante, mas tal como nas condecorações presidenciais, não podemos correr o risco de banalização: seria suicidário. E se para Camus (não o mau cognac, mas o bom escritor) a única filosofia que valeria a pena discutir seria a do suicídio, neste caso não parece aplicar-se tal princípio...

Pessoalmente, tenho o maior apreço pela UNESCO e pela importância da protecção do património. A esse título escrevi várias vezes no nosso *Jur.nal* (e noutros jornais) sobre a importância da protecção do património. O elemento chave que justifica a sua defesa, a meu ver, é a irreversibilidade da sua destruição: não há outro Picasso para repintar a *Guernica*, nem um outro Pessoa para rescrever o manuscrito da *Mensagem*, nem um outro Corbusier, nem outro Da Vinci, nem outra serra de Sintra, nem outro Douro, nem muitas outras pessoas ou ecossistemas repetíveis. O mesmo princípio de irreversibilidade que me faz contra a pena de morte, que me entristece quando aplicada a inocentes que não podem ser ressuscitados...

No dia em que escrevo este artigo, no fim do Verão de 2012, existiam 962 classificações como património da humanidade em 157 países. Em Portugal, 14. Quase nada em África (Angola e Guiné, por exemplo, têm zero) e quase tudo em Itália (47), Espanha (44!) e China (43), França (38), Alemanha (37), México (31).¹

O caso português merece uma atenção particular, no momento actual da nossa história. Estando a trabalhar precisamente nas medidas anti-crise aprovadas pelo G20, sinto-me à vontade para acusar a obsessão portuguesa pelo défice, pela economia, e pelo custo que tal trará para outras _red tão

¹ <http://whc.unesco.org/en/list>

importantes da nossa vida nacional e do nosso futuro (ou falta dele): a saúde, a educação e, claro, a cultura.

Sem cultura não há saúde, nem educação, nem economia. Sem cultura não há pensamento, nem esperança. Não há um quadro mental nem um quadro estético que justifique o gosto de viver.

É fundamental que a importante redução de despesa pública não signifique a perda de património: a irreversibilidade torna tal perda verdadeiramente desastrosa e os seus reponsáveis criminosos de facto (eleitores), senão de jure (eleitos)... À esquerda, à direita, ou mesmo sem partido, temos de estar unidos na defesa do património, que mais do que uma causa, é uma necessidade básica e não um luxo do qual se possa prescindir em momento de crise orçamental.

Se até Pompeia está num estado lastimável, o que dizer de locais classificados bem menos conhecidos, ou de locais de relevo nunca classificados pela UNESCO?

É fundamental que os recursos do Estado sejam mantidos, senão aumentados, para a preservação do património. Mesmo no curto prazo, as poucas áreas rentáveis da nossa economia estão ligadas a ele, como o turismo. Evitar o turismo de massas, favorecer o turismo da ma\$\$a e preservar os locais visitados, dotando-o de infraestruturas de apoio de qualidade e de protecção do local dos seus visitantes é crítico. Como quer Portugal ter receita (e vida) futura, se corta o investimento e a manutenção? Mais valia então anunciar insolvência e preparar uma fusão com outro país mais rico e mais bem gerido.

Os museus não podem ficar sem guardas nem restauro, ou recepcionistas e materiais de apoio em inglês, nem os monumentos sem infraestruturas de acesso eficiente, nem as serras sem protecção florestal. E situações caricatas como a demolição de parte do aqueduto das águas livres par contruir uma estrada, descargas industriais ou de esgotos em zonas fluviais ou marítimas, incêndios e reconversão de áreas ardidas, outrora protegidas, em faroeste imobiliário, não podem continuar a repetir-se.

Como se ousa permitir a construção de novos edifícios (até igrejas) sem assegurar a recuperação dos existentes, se património classificado ou classificável? Como se imagina possível continuar a arrasar o Algarve com elefantes brancos na areia e matas junto ao mar? Como é possível recusar mudar este cenário e cruzar os braços argumentando que o contrário seria uma utopia e a falência?

Ainda há esperança. Moçambique, ainda mais costeiro que o seu Portugal irmão, ainda tem costas limpas. Propus ao seu embaixador em Paris a classificação como reserva natural de toda a sua costa, que se apenas alterada com algumas infraestruturas de (honesta) qualidade, poderá trazer dinheiro ao país, procurado pelos turistas sul-africanos, e preservar o seu ambiente. Ainda vão a tempo. Só faltamos nós. Caso contrário, grande parte da Europa, e a bem dizer da natureza e da humanidade, morre connosco. E não se cruzem os braços fora de Portugal: se o património é da humanidade, tal como numa crise humanitária, que a solução venha de fora, e que entrem num país que não é deles e que foi nosso, para salvar o que é de todos.

Espero que existam em breve, caso nós não existamos já...

Frederico Alcântara de Melo, frederico.am@gmail.com

Setembro 2012

Declaro que o texto que apresento é da minha autoria, sendo exclusivamente responsável pelo respectivo conteúdo e citações efectuadas.